



Charges alteradas, polêmicas instauradas: limites da intertextualidade na arena do dissenso midiático

Eveline Coelho Cardoso¹ e Glayci Kelli Reis da Silva Xavier^{2*}

¹Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil. ²Universidade Federal Fluminense, Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, 24210-201, São Domingos, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: glaycikelli@id.uff.br

RESUMO. Concebida como uma característica básica do discurso, a argumentação tem as mesmas raízes históricas e sociais da democracia e, de forma análoga, dá sentido à prática cidadã, promovendo e estruturando o diálogo para resolver problemas e levar a consensos. Sustentada pelos princípios linguageiros da influência e da alteridade, a argumentatividade é, pois, inerente a todo discurso e permite ao homem compartilhar suas visões de mundo e defendê-las perante seus pares, fazendo valer sua opinião na arena dialógica em que é encenada a vida em sociedade. Sob a perspectiva da Análise do Discurso (Amossy, 2011, 2018; Charaudeau, 2004a, 2008), a argumentação é uma prática social determinada pela situação e pelo contrato comunicativo que ensejam os atos de linguagem, desenvolvendo-se em um espaço de restrições e liberdades. Levando em consideração os traços singulares da argumentação polêmica – aquela cujo discurso nasce de um confronto de teses antagônicas –, o presente trabalho se debruça sobre um *corpus* composto por três charges de cartunistas brasileiros, que versam sobre temas políticos da esfera nacional e internacional. Interessa-nos, mais de perto, analisar três versões polêmicas dessas charges, criadas por oponentes, nas quais os recursos verbo-visuais foram manipulados a fim de lhes impor uma orientação argumentativa contrária. Por fim, pautada na argumentação no discurso, a análise das versões originais das charges comparadas a suas ‘cópias’ conflitantes permitiu observar a dimensão polêmica do *corpus* a partir de mecanismos de retomada e refutação do discurso verbo-visual do outro, pelas vias de uma intertextualidade parodística.

Palavras-chave: argumentação; polêmica; intertextualidade; análise do discurso; semiolinguística; charge.

Changing political cartoons, establishing controversies: limits of intertextuality in the media disagreement arena

ABSTRACT. Considered as a basic characteristic of discourse, argumentation has the same historical and social roots as democracy and, like this, it gives meaning to citizen practice, promoting and structuring dialogue in order to solve problems and lead to consensus. Supported by the linguistic principles of influence and alterity, argumentativeness is, therefore, inherent to all discourse and it allows man to share his worldviews and defend them before his peers, making his voice heard in the dialogical arena in which life is staged in society. From the perspective of Discourse Analysis (Amossy, 2011, 2018; Charaudeau, 2004a, 2008), argumentation is a social practice determined by the situation and the communicative contract that give rise to language acts, which is developed in a space of restrictions and freedoms. Considering the unique features of controversial argumentation – the one whose discourse arises from a confrontation of antagonistic theses –, the present research focuses on a corpus composed of three cartoons designed by Brazilian cartoonists, which deal with political issues at national and international levels. We are interested, more closely, in analyzing three controversial versions of these political cartoons, created by opponents, in which the verbal-visual resources were manipulated in order to impute an opposite argumentative orientation. Finally, based on argumentation in discourse, the analysis of the cartoons original versions compared to their conflicting ‘copies’ allowed us to observe the controversial dimension of the corpus that arises from mechanisms of revisiting and refutation of the other’s verbal-visual discourse, by means of a parodistic intertextuality.

Keywords: Argumentation; controversy; intertextuality; discourse analysis; semiolinguistics; political cartoon.

Received on October 1, 2020.

Accepted on January 11, 2021.

Introdução

Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os discursos sempre são o espaço privilegiado de luta entre vozes sociais, o que significa que são precipuamente o lugar da contradição, ou seja, da argumentação, pois a base de toda a dialética é a exposição de uma tese e sua refutação (Fiorin, 2016, p. 9).

Vida em sociedade: o cerne das opiniões diferentes sobre um tema controverso. Opiniões que ora convergem, ora divergem, estabelecendo um espaço propício para os conflitos e para a polêmica. Uma opinião é um ponto de vista sobre as verdades do mundo, que leva o indivíduo a uma tomada de posição (Charaudeau, 2016a). A opinião é um fato de linguagem, pois, como afirma Charaudeau (2016a), sua construção é resultado do entrecruzamento dos atos linguageiros que cada indivíduo – ou grupo – recebeu, ouviu e produziu.

O princípio de alteridade, constitutivo da comunicação humana, indica-nos que, em um processo recíproco (mas não simétrico), um indivíduo compara-se ao outro, detectando pontos de semelhança e diferença, “[...] cada um se legitimando e legitimando o outro através de uma espécie de ‘olhar avaliador’” (Charaudeau, 2009, para. 3, grifo do autor). Trata-se de um jogo infinito e ilusório de máscaras determinado pelo dispositivo de cada situação de comunicação, em cujo processo identitário, ao mesmo tempo individual e coletivo, ocorre o agrupamento dos semelhantes, em um movimento de atração e rejeição.

Contudo, a identidade social e cultural de um grupo é frágil e, por isso, “[...] deve ser constantemente defendida, reforçada ou simplesmente lembrada, já que tende a enfraquecer” (Charaudeau, 2016a, p. 29). Em meio às opiniões controversas, buscam-se novas adesões, tentando aumentar o grupo identitário. Isso é feito em situações concretas de interação, por meio de recursos da linguagem com os quais se pode, direta ou indiretamente, modificar, reorientar ou reforçar uma visão de mundo, a fim de agir sobre o outro. Trata-se, portanto, do domínio da argumentação, em cuja base está a divergência de pontos de vista ou, no mínimo, uma forma alternativa de ver as coisas (Amossy, 2011).

Segundo Amossy (2011), a argumentação é uma dimensão constitutiva do discurso, que corresponde a uma tomada de posição a respeito do mundo, expressa sobre um fundo de posições e visões contrárias tentando prevalecer. Pressupõe uma escala em *continuum*, com modalidades diversas e revestida de aspectos variados, do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão ou à expressão pessoal de um ponto de vista.

Quando há conflito, abre-se, pois, o precedente para a instauração da argumentação polêmica, entendida, de maneira geral, como “[...] um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma terceira que as ouve” (Amossy, 2011, p. 131-132). Isso é feito, inevitavelmente, pela retomada dialógica do discurso do outro e, na maior parte das vezes, por meio do ataque à sua face, desqualificando o adversário, seja usando uma fala fora do contexto, seja destacando suas fraquezas ou, até mesmo, atribuindo-lhe uma opinião/ação que não é totalmente verídica.

A polêmica também gira em torno do debate sobre um tema da atualidade de interesse público, oriundo de domínios comunicativos diversos. Contemporaneamente, a política é um dos campos mais férteis para a alimentação da fala polêmica, seja ela manifesta por meio de um ‘discurso polêmico’, aquele em que os adversários dialogam apenas indiretamente no embate; seja por meio da ‘interação polêmica’ em si, como ocorre em um debate. Tal discurso é dotado de ‘argumentatividade’, pois, mesmo quando não se tem claramente o objetivo de persuadir o outro a compactuar com sua visão de mundo a respeito de determinado ponto, de alguma maneira, procura-se provocar a reflexão e/ou adesão daqueles que observam tudo ‘de fora’.

Nesse cenário, o presente trabalho se propõe analisar um *corpus* composto, inicialmente, de três charges dos cartunistas brasileiros Carlos Latuff, Laerte Coutinho e Tony D’Agostinho, publicadas entre os anos de 2015 e 2016, que versam sobre temas políticos da esfera internacional e nacional. As charges foram selecionadas em razão de terem mobilizado seus interlocutores à criação de uma réplica polêmica de cada texto, alterando diametralmente sua direção argumentativa pela manipulação de seus recursos verbais e/ou visuais. Dessa forma, serão analisadas, nesta investigação, as versões originais e as ‘cópias’ polêmicas, com vistas ao reconhecimento dos mecanismos intertextuais mobilizados para a instauração do contrassenso, seu papel argumentativo e seus efeitos de sentido.

Como referencial teórico, serão utilizados os estudos sobre a construção linguístico-discursiva da argumentação, levando em consideração o enfoque dado a esse tema pela Análise do Discurso, corrente dos estudos da linguagem à qual nos filiamos, principalmente por meio de trabalhos de Patrick Charaudeau (1992, 2004a, 2008) e de Ruth Amossy (2011, 2017a, 2017b, 2018). Nessa perspectiva tributária de uma profícua interdisciplinaridade, tem-se em conta os funcionamentos discursivos manifestos em uma fala situada e

sujeita, ainda que parcialmente, a coerções. Propondo, assim, a análise de um corpus cuja dimensão polêmica está ancorada em mecanismos de retomada e refutação clara do discurso verbo-visual do outro pelas vias da intertextualidade, a argumentação será abordada, ainda, sob um viés dialógico e polifônico, na linha do que propõem Plantin (2008a, 2008b), Sant'Anna (1998) e Koch, Bentes e Cavalcante (2012).

A argumentação sob uma perspectiva linguístico-discursiva

A argumentação surge simultaneamente às primeiras democracias, quando se constitui a vida em sociedade (Fiorin, 2016). Nos estudos clássicos – e até o final do século XIX – a argumentação estaria relacionada com a 'lógica', “[...] a arte de pensar corretamente [...]”; com a 'retórica', “[...] a arte de bem falar [...]”; e com a 'dialética', “[...] a arte de bem dialogar [...]” (Plantin, 2008a, p. 8). Apesar de apresentar limitações, a perspectiva clássica compõe os pilares para as atuais abordagens discursivas da argumentação. Em sua ‘Retórica’, por exemplo, Aristóteles (384-322 a. C.) já aponta a importância de considerar o caráter do orador (*ethos*), a disposição do auditório (*pathos*) e o próprio discurso (*logos*) ao se observar a linguagem persuasiva.

Posteriormente, tais noções foram retomadas e aprofundadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), com a Nova Retórica. Baseados na retórica tradicional, os estudiosos apontam, então, três elementos essenciais à argumentação: o ‘orador’, aquele que apresenta o discurso; o ‘auditório’, a quem se dirige o discurso; e o ‘discurso’, que representa a argumentação em si. Para os autores, a argumentação visa à adesão dos espíritos aos quais se dirige e é, portanto, em função de um auditório (interlocutor) que qualquer argumentação se desenvolve. Essa definição é retomada na relação triangular da atividade argumentativa proposta por Charaudeau (2008), explicada mais adiante, e será aprofundada por Amossy, que trata minuciosamente desses elementos na obra *Argumentação no Discurso* (2018).

No *Tratado da Argumentação* (1958), obra que se tornou referência para qualquer estudioso sobre o assunto, Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram não somente a oralidade, privilegiada pelos estudos clássicos, mas reforçam que mesmo o texto escrito está sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se. Afirmam que, mudando o sujeito alvo, a argumentação muda de aspecto e, se o objetivo é sempre agir ‘eficazmente sobre os espíritos’, deve-se levar em conta a ‘qualidade dos espíritos’ que se deseja convencer, ou seja, adequar seu discurso ao interlocutor.

Os autores pautam, ainda, o estudo da argumentação na abordagem das ‘técnicas argumentativas’ e propõem uma tipologia de argumentos. De acordo com Plantin (2008a), entre as estratégias mais utilizadas estão as que utilizam a definição, a analogia, a causa, os contrários, a pessoa. Dentre os tipos de argumento elencados pelos autores, destaca-se o ‘argumento de autoridade’, que se apoia no prestígio de uma pessoa, grupo ou instituição, com o intuito de obter a adesão do auditório. Tal conceito estaria relacionado ao que Charaudeau (2004a) chama ‘estratégia de legitimação’ no discurso argumentativo, que visa a determinar a posição de autoridade do sujeito, conferindo-lhe ‘credibilidade’, como será mencionado adiante.

A partir dessa virada, o estudo das práticas discursivas foi repensado no quadro da análise do discurso, da comunicação institucional e das interações verbais. Além de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), autores como Anscombre e Ducrot (1983), Ducrot (1984) – com a abordagem da ‘argumentação na língua’, enfatizando o papel das inferências – e Austin (1962) – com a ‘teoria dos atos da fala’, que inaugurou os estudos pragmáticos – possibilitaram que as pesquisas sobre as práticas argumentativas fossem repensadas no quadro das ciências humanas e, em especial, das ciências da linguagem.

E é alicerçando-se na reorientação da antiga e da nova retóricas, passando, também, pela lógica, pela ‘argumentação na língua’ e pela pragmática, que se inscrevem os estudos contemporâneos da argumentação que adotam um viés linguístico-discursivo (Amossy, 2018). Sob a mesma perspectiva, a presente pesquisa se filia à Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso e, por esse motivo, ao tratar do tema, tomará por base principal os trabalhos de Charaudeau (1992; 2004a; 2004b; 2008; 2016a; 2016b) e Amossy (2008; 2011; 2017a; 2017b; 2018), teóricos cujos horizontes transcendem os limites entre língua e discurso.

No escopo da *Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso*, de Patrick Charaudeau, o discurso é visto como um fenômeno comunicativo por excelência e está inserido em uma problemática geral que procura “[...] relacionar os fatos da linguagem a outros fenômenos psicológicos e sociais: a ‘ação’ e a ‘influência’” (Charaudeau, 2007, p. 11, grifos do autor). Para o autor, todo sujeito que produz um ato de linguagem tem como meta atingir o outro, “[...] seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (Charaudeau, 2007, p. 15). Os parceiros da troca linguageira estariam ligados por um

‘contrato’ de comunicação, que condiciona o acionamento de ‘estratégias’ de linguagem por parte do enunciador, visando a garantir o êxito de suas empreitadas comunicativas.

Por conseguinte, todo ato de linguagem só tem significado em função da ‘situação’ de comunicação na qual é produzido, da ‘identidade’ dos parceiros, da ‘intencionalidade’ do locutor, do ‘tema’ de que trata e das ‘circunstâncias materiais’ da troca. Assim, a ‘argumentação’ é considerada “[...] uma prática social (ordinária ou erudita) na qual o sujeito que quer argumentar se encontra restringido pelos dados da situação comunicacional a que se subordina [...]” e, ao mesmo tempo, é “[...] livre para jogar com essas restrições [...]” (Charaudeau, 2004a, p. 37), tendo uma margem de manobra para realizar seu projeto de fala e trabalhar as estratégias apropriadas.

Em tal perspectiva, segundo Charaudeau (2008), a argumentação deve ser considerada não somente no âmbito das categorias de língua, mas nos limites da organização do discurso, cujos componentes e procedimentos podem ser vistos em funcionamento em qualquer texto. Nesse sentido, para que haja argumentação, impõe-se uma relação triangular, que envolve uma ‘proposta sobre o mundo’ que provoque um questionamento quanto à sua validade; um ‘sujeito argumentante’ que se engaje em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para legitimar a proposta; um ‘sujeito-alvo’, a quem se dirige o sujeito argumentante, na esperança de que compartilhe a mesma verdade, sabendo que pode ficar a favor ou contra a argumentação.

Além disso, para que um discurso seja considerado como argumentativo, o projeto de fala do argumentador e a situação de comunicação devem favorecer seu engajamento em uma atividade cognitiva que envolve ‘problematização’, ‘elucidação’ e ‘prova’ (Charaudeau, 2004a). Nessa perspectiva, além da dimensão cognitiva, o quadro comunicacional e contratual orienta o desenvolvimento de estratégias de argumentação em torno de três elementos: a ‘legitimação’, que responde a ‘em nome de que eu tenho fundamento para argumentar?’; a ‘credibilidade’, que determina a posição de verdade do sujeito para que seja ‘levado a sério’; e a ‘captação’, cujo objetivo é seduzir ou persuadir (Charaudeau, 2004a). Quanto à captação, o sujeito argumentante pode escolher dois tipos de objetivos:

- a) ‘Polêmico’, objetivo que o leva a questionar alguns dos valores que seu parceiro (ou um terceiro a que se refere) defende, ou a própria legitimidade deste, objetivo que o leva a produzir um discurso de interpelação; b) ‘de persuasão e de dramatização’, objetivo que levará o sujeito a instaurar uma atividade discursiva feita de analogias, de comparações, de metáforas etc. que se apoiam mais em crenças do que em conhecimentos para forçar o outro a partilhar certos valores ou a sentir certas emoções (Charaudeau, 2004a, p. 43, grifos nosso).

Finalmente, é preciso ressaltar que a abordagem semiolinguística, em sua análise, observa os aspectos discursivos e situacionais, sem perder de vista, contudo, os aspectos linguísticos da troca languageira, já que “[...] a enunciação utiliza os elementos da língua para colocá-los em discurso” (Charaudeau, 1992, p. 569). De acordo com o idealizador dessa teoria, para tratar de atos de linguagem em uma problemática da influência, é necessário responder a duas perguntas complementares: ‘qual o jogo psicológico e social de um ato de linguagem?’; ‘quais processos languageiros participam desse ato de influência?’ (Charaudeau, 2016b), ou seja, os aspectos citados se inter-relacionam na construção do discurso argumentativo.

O segundo encaminhamento teórico que norteará este trabalho é o desenvolvido por Ruth Amossy, autora da obra *Argumentação no Discurso* (2018). Em harmonia com os postulados de Charaudeau, a pesquisadora considera que “[...] o discurso em situação comporta em si mesmo uma tentativa de fazer ver as coisas de uma determinada maneira e agir sobre o outro” (Amossy, 2011, p. 131). Além disso, reforçando o caráter linguístico-discursivo da abordagem, a autora aponta que o discurso argumentativo se desenrola em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos: “É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala” (Amossy, 2011, p. 132).

Nesse sentido, orientados pelas teorias retóricas, pragmáticas e lógicas, seus estudos apresentam uma abordagem: 1) ‘languageira’, pois a argumentação se constrói a partir do acionamento dos meios que a linguagem oferece; 2) ‘comunicacional’, pois o desenvolvimento da argumentação não pode ser compreendido fora de uma relação de interlocução; 3) ‘dialógica’, pois participa da troca entre parceiros, mesmo quando a interação é virtual, sem diálogo efetivo; 4) ‘genérica’, pois a argumentação se inscreve sempre em um tipo e em um gênero de discurso, mesmo que ela os subverta; 5) ‘figural’, pois recorre aos efeitos e às figuras de estilo; 6) ‘textual’, pois deve ser estudada no nível de sua construção textual (Amossy, 2018).

Posto isso, na visão de Amossy (2018, p. 47), a argumentação pode ser definida como

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema.

De acordo com essa concepção, portanto, a argumentatividade é inerente ao discurso. Sobre esse aspecto, a autora faz uma distinção entre os termos ‘visada argumentativa’ e ‘dimensão argumentativa’, usados para caracterizar, de forma gradativa, os discursos nos quais a intenção de persuadir é mais explícita ou implícita, respectivamente. O discurso com visada argumentativa se esforça para fazer o público aderir a uma tese; o discurso com dimensão argumentativa, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir do outro (Amossy, 2018). Há, dessa forma, discursos mais voltados para a conquista da opinião e outros direcionados a orientar o olhar do interlocutor, levando-o à reflexão.

O percurso teórico empreendido até aqui evidencia quanto antigo é o interesse do homem pela argumentação e, ao mesmo tempo, quanto profícuo é esse fenômeno para os estudos da linguagem ainda hoje. Novas pesquisas surgem com frequência, sem, contudo, preterir os preceitos fundadores e o caminho construído pelos diversos pesquisadores do tema. Observa-se que, em um grande movimento dialógico e polifônico, é natural e até conveniente que teorias se cruzem e se sobreponham, formando um complexo mosaico em torno das questões que a argumentação suscita como fenômeno interativo. No presente trabalho, optou-se por priorizar a perspectiva linguístico-discursiva, que considera não somente os aspectos situacionais e os sujeitos envolvidos, mas verifica como os recursos da língua – e da linguagem em suas diferentes modalidades que não apenas a verbal – são utilizados para pôr o discurso em funcionamento e alcançar os objetivos esperados, de acordo com as estratégias traçadas.

Por fim, convém destacar que a argumentatividade é uma consequência do ‘dialogismo’ inerente ao discurso, já que é “[...] a utilização da linguagem em seu contexto dialógico obrigatório que acarreta necessariamente uma dimensão argumentativa, mesmo quando não há uma programação declarada nem estratégias imediatamente perceptíveis” (Amossy, 2018, p. 43). No próximo tópico, portanto, a argumentação será abordada sob um ponto de vista dialógico, apresentando-se os papéis actanciais dos parceiros envolvidos na troca, as modalidades da argumentação verbal e o conceito de intertextualidade, com ênfase no discurso polêmico veiculado pela mídia.

A argumentação em um quadro dialógico: os papéis actanciais, as modalidades argumentativas, a intertextualidade

De forma prototípica, o diálogo pressupõe a presença dos interlocutores envolvidos e uma contínua sequência de réplicas. Contudo, como explica Plantin (2008a), os conceitos de dialogismo e de polifonia, a partir de Bakhtin/Volóchinov (2006), possibilitaram estender a concepção dialogada da argumentação ao discurso monolocal que, liberado das restrições do face a face, segue articulando argumentações e contra-argumentações. Nesse sentido, argumentar é uma atividade biface, exercida “[...] sob um fundo de tensão irreduzível entre monólogo e diálogo, entre trabalho enunciativo e trabalho interacional” (Plantin, 2008b, p. 18).

Conforme aponta Bakhtin/Volóchinov (2006, p. 99), toda enunciação, mesmo na forma escrita, é “[...] uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. [...] Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as” (Bakhtin/Volóchinov, 2006, p. 99). Dessa forma, segundo Plantin (2008b), o postulado do dialogismo inerente a todo discurso conduz à conclusão de que a atividade argumentativa consiste em constantes reformulações, adaptações e atualizações do já-dito, disperso no espaço comunicacional. Com efeito, considerando que a argumentação opera a partir de uma oposição, que pode contribuir para aprofundar ou resolver, todo discurso poderia ser considerado, além de dialógico, polêmico (Plantin, 2008b).

Tendo em vista a concepção de argumentação para além de um raciocínio que se basta por si só, Amossy (2011) reforça sua essência como troca atual ou virtual com vistas à influência. A autora dá destaque ao auditório como parte integrante do dispositivo de enunciação argumentativa, demonstrando de que maneira o tipo de público modela o discurso, concretamente ou não, a partir de sua imagem projetada pelo orador. Nesse sentido, Amossy (2019) diferencia os termos ‘dialógico’ e ‘dialogal’, propondo que o discurso argumentativo é sempre dialógico, mas não obrigatoriamente dialogal. Se, de um lado, temos a natureza dialógica de toda palavra argumentativa (não sendo obrigatória a participação ativa na troca linguageira), do outro, estão os casos em que há troca efetiva entre os parceiros.

Na interação argumentativa, é necessário que haja uma situação de confronto sobre um determinado ponto. Sob uma perspectiva dialógica, a situação de argumentação envolve três papéis: um ‘proponente’, um ‘oponente’ e o ‘terceiro’ (Plantin, 2008a). Como afirma Amossy (2018), cada um desses participantes consiste em um actante ou função que diferentes indivíduos podem encarnar: o proponente (orador) faz um discurso de proposição; o oponente (auditório) sustenta um contradiscurso; e o terceiro (público) observa/medeia o conflito, ficando a seu cargo o discurso da dúvida ou do questionamento e tendo, na maior parte das vezes, sua atuação reduzida ao silêncio. Tais atores podem ainda ocupar sucessivamente cada uma das posições argumentativas, conforme os trajetos possíveis na interação.

Sendo um modo de ‘gestão da diferença’, a argumentação, segundo Plantin (2008a), constrói respostas para perguntas que organizam um conflito discursivo. Sob essa visão, a figura do terceiro é considerada como elemento chave da troca argumentativa pelo autor, na medida em que garante a estabilidade da pergunta e julga a pertinência das argumentações, materializando “[...] o caráter público dos desafios e o contato entre os discursos contraditórios” (Plantin, 2008a, p. 77). Em um embate político, por exemplo, a fala argumentativa é pluridirigida, pois o destinatário não é apenas ou forçosamente o adversário-interlocutor (oponente), mas o público e sua cédula de votação (terceiro). O terceiro pode incluir “[...] o apático e o indeciso, mas também aquele que recusa dar assentimento tanto a uma como a outra das teses em presença e mantém a dúvida aberta” (Plantin, 2008a, p. 78).

Ancorado em uma proposta sociocomunicacional de análise do discurso, ao se debruçar sobre a questão do terceiro, Charaudeau (2004b) distingue três lugares de problematização: um que corresponde ao ‘espaço situacional’ da comunicação (localizado no circuito externo); outro que corresponde ao ‘espaço discursivo’ da enunciação (localizado no circuito interno) como lugar de encenação do discurso; e um que corresponde ao ‘espaço interdiscursivo’ por onde circulam os discursos. Esse último é o lugar da semantização dos sistemas de valores, em que o terceiro pode ser considerado um ‘metaenunciador’ que produziria um discurso de verdade como referência para o enunciador.

O espaço da interdiscursividade é aquele em que circula o discurso na medida em que esse é portador de sistemas de pensamento constituídos pelo que chamamos de ‘imaginários sociodiscursivos’. O conjunto de saberes e julgamentos que constituem os imaginários sociodiscursivos funcionaria, nesse caso, como uma espécie de ‘mediação social externa’, isto é, o que permite aos indivíduos reconhecerem-se como pertencentes a determinado grupo com o qual compartilham o imaginário (Charaudeau, 2004b). Ademais, o jogo com os saberes fundantes do imaginário integra as escolhas estratégicas do sujeito falante na tentativa de semiotizar o mundo e partilhá-lo, de acordo com seu projeto intencional.

Qualquer ato de fala, portanto, depende tanto das particularidades de cada situação de comunicação e do contrato estabelecido quanto das escolhas estratégicas feitas pelo sujeito enunciador. No ato de argumentar, especificamente, para o bom funcionamento das estratégias que visam à persuasão, Amossy (2008) destaca que o discurso escolhe uma ou mais ‘modalidades argumentativas’, definidas por ela como “[...] tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona em um quadro tanto dialogal quanto dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

Dentre as modalidades argumentativas, a autora cita: 1) a ‘demonstrativa’, ancorada na demonstração racional, apoiada em provas; 2) a ‘patética’, cuja tese é apresentada de modo a ‘tocar’ emocionalmente o auditório; 3) a ‘pedagógica’, em que uma instância enunciativa superior transmite um saber a um auditório em posição de aprendiz; 4) a de ‘co-contrução’, em que os participantes constroem juntos as respostas para um problema levantado em parceria; 5) a ‘negociada’, cujos parceiros, ainda que em posições divergentes, esforçam-se para chegar a um consenso; 6) a ‘polêmica’, em que teses antagônicas são confrontadas, em total desacordo, e as duas instâncias tentam obter a convicção do outro ou do terceiro que as escuta/lê, atacando as teses adversárias e desacreditando o opositor (Amossy, 2008).

Tendo em vista o *corpus* selecionado para esta investigação, focalizaremos a última modalidade descrita por Amossy – o discurso polêmico. Segundo Plantin, (2008a), fenômenos argumentativos que põem em cena as bipolaridades e pressões dos contradiscursos assumem formas espetaculares, que levam a considerar, erroneamente, o debate polêmico como a prática dialogal argumentativa prototípica. Por outro lado, o autor orienta que a teoria da argumentação vai além de uma teoria do debate ou da própria polêmica, afirmando que a polemicidade não é inerente à situação argumentativa, e esta só é conflitual quando os atores se identificam com os papéis argumentativos (Plantin, 2008a).

Segundo Amossy (2017a), dialógico por natureza, o discurso polêmico apresenta-se sob a forma de um antidiscurso que dialoga com os discursos antecedentes, podendo ainda (embora não deva) vir acompanhado

de paixão. A polêmica caracteriza-se pela ‘dicotomização’, pelo ‘descrédito’ à tese ou à pessoa do outro e pela ‘polarização’. A polarização está relacionada com uma lógica de divisão social, de defesa identitária e de combate pelo triunfo dos valores e opções de seu grupo. A polêmica tem seu lugar privilegiado no ‘espaço público’, local onde se desdobram os debates inflamados sobre questões controversas de interesse geral, e está limitada à ‘esfera democrática’, pois é nela que as divergências de opinião podem se manifestar livremente, aos olhos de todos (Amossy, 2017b).

Amossy (2017b) propõe uma distinção entre duas formas que as intervenções constitutivas da polêmica podem assumir: o discurso polêmico e a interação polêmica. A ‘interação polêmica’ pressupõe uma atividade síncrona, dialogal, na qual dois ou mais adversários se engajam em uma discussão oral ou escrita, em que um se reporta ao outro, tentando ‘levar a melhor’. O ‘discurso polêmico’, por outro lado, é “[...] a produção discursiva de somente uma das partes em presença, mas na qual se inscreve, necessariamente, o discurso do outro” (Kerbrat-Orecchioni apud Amossy, 2017b, p. 72). O discurso polêmico é, portanto, dialógico, pois remete aos discursos antecedentes, aos quais se opõe, mas não é dialogal, uma vez que não há interação direta com o adversário.

Com a finalidade central de relatar o que ocorre no espaço público, as mídias desempenham um papel fundamental na construção da polêmica pública, possibilitando o cruzamento e a retomada de discursos antagônicos. Segundo Charaudeau (2010), o ‘processo evenemencial’ de elaboração do acontecimento midiático depende de uma problematização, que emerge da percepção de um desequilíbrio ou de uma fratura em relação a um sistema de expectativas sobre o mundo. Nesse sentido, conforme Amossy (2018), a instância jornalística/midiática age sobre a realidade, reportando elementos aos quais confere aspecto dramático e, assim, lança a polêmica, dando-lhe publicidade e conferindo-lhe o estatuto de ‘acontecimento’.

Para pensar essa rede de compartilhamentos que medeia os discursos e textos, bem como orienta a produção argumentativa, é imprescindível pensar a intertextualidade. Com origem nos postulados bakhtinianos sobre o dialogismo (Bakhtin/Volóchinov, 2006), o conceito de intertextualidade é atribuído à pesquisadora búlgaro-francesa Julia Kristeva em referência ao mosaico de citações do texto literário. Nessa perspectiva, segundo Jenny (1979), a intertextualidade é uma máquina perturbadora, um desvio, uma deformação, mas não é pura repetição; submete-se a uma função crítica, que dá em espetáculo o refazer de um texto. No dizer do autor, “[...] seu papel é re-enunciar de modo decisivo certos discursos cujo peso se tornou tirânico. Discursos brilhantes, discursos fósseis [...]”, que são repetidos para serem fechados em outro discurso, mais poderoso (Jenny, 1979, p. 44).

Koch et al. (2012), ao tratar do assunto, elencam diferentes espécies de marca de intertextualidade, pressupondo que, sem nenhum tipo de marca, o enunciador não alcançaria o intertexto. Propõem uma abordagem da intertextualidade a partir de relações de copresença, nas quais é possível perceber, por meio de distintos níveis de evidência, fragmentos dos textos previamente produzidos, como ocorre nos casos de citação, plágio, referência e alusão; e relações de derivação, em que um texto resulta de outro existente, incluindo a paródia, o *détournement*, o travestimento burlesco, o pastiche e a paráfrase.

Maingueneau (2008) apresenta duas estratégias intertextuais de ‘imitação’ que orientam a construção de textos polifônicos e irônicos: a captação, que imita um texto tomando a mesma direção que ele; ou a subversão, cuja imitação visa a desqualificar o texto imitado, a exemplo do que faz a paródia. É a mesma perspectiva de Sant’Anna (1998), que sugere uma dicotomia entre uma intertextualidade das semelhanças (parafrástica), em que o texto segue a orientação argumentativa de seu intertexto; e uma intertextualidade das diferenças (parodística), cujo texto incorpora um intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou colocá-lo em questão (Koch et al., 2012).

Sabendo que o jogo intertextual corresponde sempre a uma vocação crítica, lúdica e exploradora, como propõe Jenny (1979), a seguir, veremos, pois, de que maneira tal jogo serve à argumentação polêmica que se constrói na verbo-visualidade das charges do *corpus* proposto.

Argumentação e polêmica em charges conflitantes: intertextualidades antropófagas

Segundo Amossy (2011), a arte de persuadir é determinada pelas regras e restrições do gênero do discurso em que está empregada. Tais restrições moldam o discurso em um formato de comunicação e em um dispositivo de enunciação particular, de acordo com modelos endossados e repertoriados, que determinam um horizonte de expectativas, autorizando sua boa recepção e orientando sua escuta ou leitura (Amossy,

2018). Também para Charaudeau (2004c), a percepção que se tem das circunstâncias do ato de linguagem e do contrato de comunicação incide sobre a escolha das formas linguageiras constitutivas de um gênero, seja para respeitá-las, seja para jogar com elas com fins estratégicos – inclusive polêmicos.

Podemos dizer que o contexto da mídia é bastante favorável à divulgação de interações polêmicas, uma vez que permite, em seu fluxo constante, a difusão de uma constelação de discursos agonísticos no espaço público (Amossy, 2017b). Nesse sentido, segundo Amossy (2017a), as mídias são suporte e motor de discursos contraditórios, capazes de transformar o conflito em acontecimento. Ademais, embora a polêmica seja constantemente desprezada por seus exageros e extremismos, o destaque dado a essa modalidade argumentativa pelas mídias ao longo do tempo revela que a polêmica preenche determinadas funções, nem sempre visíveis, mas necessárias (Amossy, 2017a), como veremos.

Para Emediato (2008), o poder das mídias de informação está ancorado na autoridade e legitimidade que têm para tematizar o espaço público – levar ao cidadão o avesso oculto do mundo –, propondo uma agenda de discussão de amplo alcance, graças à força contagiante de seu dispositivo. Contudo, embora delibere sobre que espaços, tópicos e agentes de discussão tornará visíveis e/ou invisíveis, o discurso das mídias é atravessado pelos interesses da sociedade (representação que projeta como destinatário ideal), de modo que seu poder “[...] se reduz ao poder de responder problematologicamente às questões colocadas pela ética cidadã, dando visibilidade e resposta aos temas e fatos que lhe são pertinentes” (Emediato, 2008, p. 76).

Oriundo da esfera de comunicação das mídias, o corpus da presente investigação versa sobre temas políticos de grande interesse social na última década, a saber: a imigração internacional de refugiados (Textos 1 e 2), a polarização política entre direita e esquerda no Brasil (Textos 3 e 4) e a gestão sanitária da pandemia de Covid-19 pelo Governo Federal (Textos 5 e 6). Dispostos em três quadros comparativos, os pares selecionados compõem-se de uma peça original, respectivamente dos chargistas Carlos Latuff, Laerte Coutinho e Tony D’Agostinho, e peças correspondentes, que representam uma réplica polêmica, cujos interlocutores manipularam a materialidade verbal e/ou visual do original a fim de contestar a tese ali defendida. Trata-se, portanto, de uma seleção que põe em evidência as tensões oriundas da continuação que uma informação midiática evoca no espírito dos leitores – figurados como ética cidadã –, o que, segundo Emediato (2008), poderia configurar as ressonâncias da direção problematológica das charges originais.

Desde suas origens na imprensa ilustrada dos séculos XVIII e XIX, as charges são marcadas por uma carga de opinião e crítica política, a que faz jus sua denominação (do fr. *charger*, que significa carregar, atacar). Não raro as charges e seus autores são alvo de profundas críticas, censura e até processos judiciais, como o que envolveu, em 2020, o cartunista brasileiro Renato Aroeira em um pedido de investigação da Procuradoria-Geral da República, com base na Lei de Segurança Nacional. O pedido, protocolado pelo ministro André Mendonça, tinha como alvo uma postagem do jornalista Ricardo Noblat, que compartilhava uma charge de Aroeira sobre o presidente Jair Bolsonaro. Lamentavelmente, já presenciamos situações em que cartunistas pagaram com a própria vida determinadas críticas expostas em suas obras, a exemplo do atentado ao jornal satírico francês Charlie Hebdo, em 2015.

O corpus selecionado para este estudo enseja, portanto, não apenas a observação direta da dimensão argumentativa do texto chargístico, como também do dissenso dialógico resultante da diferença na maneira de julgar e ver o mundo pelos sujeitos proponentes e oponentes da argumentação. Trata-se da manifestação clara de um discurso polêmico, nos termos de Amossy (2017a; 2017b), que é monogerido por uma das partes, a qual evoca o discurso da outra em um contradiscurso, centrado na refutação e no descrédito dela perante um terceiro (o público silencioso). Nesse sentido, o alocutário direto não é o oponente, mas o público, convidado a juntar-se à boa causa (Amossy, 2017b). Conforme esquematização de Plantin (2008a, p. 69-70), o terceiro é, assim, instado a deixar o terreno confortável do duvidar, que enseja a construção de respostas a perguntas argumentativas decorrentes do conflito.

Mais que uma simples discussão, por seu caráter dialógico, o ‘discurso polêmico’ “[...] não pode ser percebido como tal sem que seja recuperado e reconhecido o discurso do atacado no texto do atacante [...]” (Amossy, 2017b, p. 59), no qual a fala do outro só aparece para ser contrariada. Conforme Romualdo (2000), a charge é um texto visual humorístico cuja crítica a uma personagem, fato ou acontecimento político se nutre, indiscutivelmente, nas teias da polifonia e da intertextualidade. Com efeito, o texto chargístico não pode ser pensado sem a referência constante não apenas a textos do próprio jornal diário impresso ou digital – veículo que, até há pouco tempo, majoritariamente as publicava –, mas a outros textos diversos de fora, à simbologia de algumas datas comemorativas, a outras charges ou a outros textos não verbais.

Em qualquer uma dessas remissões ao intertexto, a charge pode ser mais ou menos aderente ao texto-fonte e pode estabelecer, em relação a ele, um discurso bivocal de efeito convergente ou divergente (Romualdo, 2000). Nos termos de Sant'Anna (1998), tais relações podem ser 'parafrásticas', seguindo a mesma orientação ideológica, ou 'parodísticas', colocando-se de forma antagônica para desarranjar o sentido do texto-fonte.

No *corpus* em estudo, como se verá, predomina o posicionamento antagônico, que põe em cena os atores da comunicação argumentativa (cartunista e leitor[es]) alternando os papéis actanciais discursivos de proponente/oponente, conforme Plantin (2008a). Dessa forma, ocorre uma enunciação original em que um cartunista assume o papel de actante proponente de uma formulação de base dirigida a um público-alvo midiático bastante variado. Esse público compreende um grupo oponente – que discorda do posicionamento do enunciador – e um grupo que se constitui como terceiro. Em um segundo momento, algum locutor que se assume como oponente do cartunista torna-se proponente de uma formulação contraditória ao terceiro, delegando ao cartunista, dessa vez, por meio de uma enunciação parodística, o papel de oponente. Observemos essa dinâmica na comparação entre os Textos 1 e 2, dispostos na Figura 1.

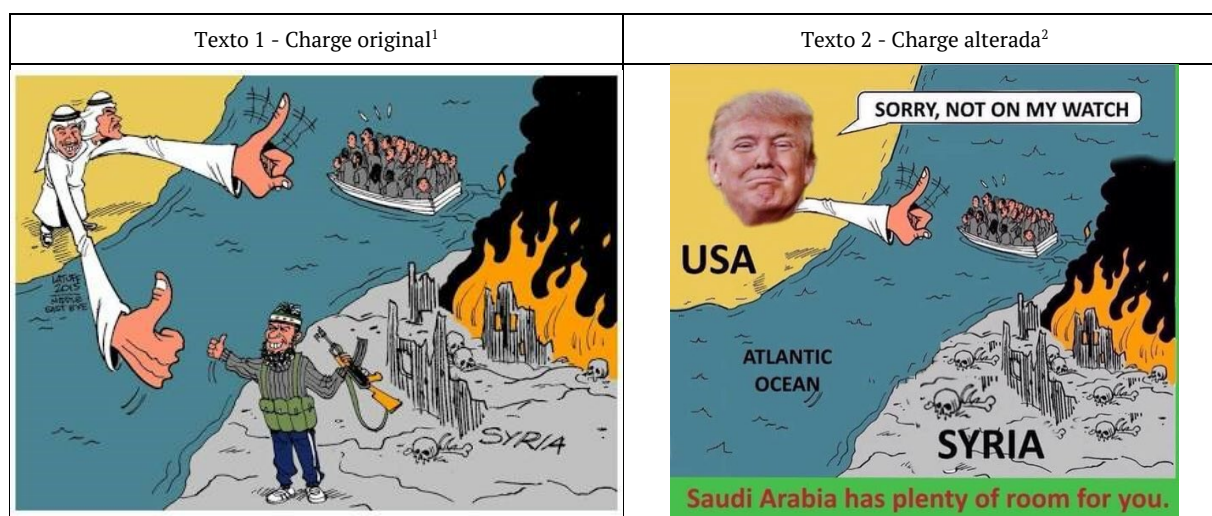


Figura 1. Carlos Latuff X Donald Trump (2015). ¹ Disponível em <https://twitter.com/LatuffCartoons/status/718318978872033280/photo/1>, acesso em: 18 Set. 2020; ² Disponível em <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/718269255872081922/photo/1>, acesso em: 18 Set. 2020.

O Texto 1, de autoria de Carlos Latuff, foi publicado originalmente no *site* de notícias sobre o Oriente Médio, *Middle East Eye*, em 2015. À época, a charge construiu uma crítica à postura dúbia de líderes árabes, que, ao mesmo tempo, aprovavam e armavam rebeldes sírios, mas negavam asilo a refugiados e imigrantes oriundos do conflito na Síria. A peça, predominantemente não verbal, direciona sua argumentação de forma favorável à causa dos imigrantes, construindo uma representação desses tipos sociais em completa vulnerabilidade, à deriva entre a destruição de seu país pelos rebeldes e a negação de apoio por parte dos países vizinhos. Nesse sentido, reforça-se uma imagem negativa dos líderes árabes e dos rebeldes sírios, que externam satisfação nesse cenário desumano para as pessoas em situação de refúgio.

O Texto 2, associado ao então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, reelabora a charge de Latuff a fim de contestar a direção argumentativa favorável aos imigrantes e deixar clara a postura contrária do ainda empresário do setor imobiliário americano quanto ao asilo humanitário. Com esse objetivo, o enunciador oponente faz alterações profundas na parcela visual e verbal da charge. O personagem árabe é recortado e substituído por uma fotografia do rosto do próprio Trump, e a figura mostra o gesto negativo com apenas uma das mãos, em direção aos imigrantes. Além disso, a representação do rebelde sírio é omitida. Na parcela verbal, o território e o oceano que corresponderiam à região da Arábia Saudita são renomeados, com tipologia mais destacada, em referência ao solo norte-americano. São acrescentados um balão de fala para Trump (*Sorry, not on my watch*, que, em tradução livre, corresponderia a 'Sinto muito, não sob minha vigilância') e uma legenda na parte inferior da imagem (*Saudi Arabia has plenty of room of you*/ 'A Arábia Saudita tem muitos lugares para vocês'). Além disso, a assinatura de Latuff é suprimida.

Com base nos pressupostos de Sant'Anna (1998), podemos perceber, na reelaboração verbo-visual do Texto 2, que o enunciador oponente está no terreno de uma intertextualidade das diferenças, no qual propõe uma versão parodística da charge original. Por meio da paródia, o oponente agencia uma descontinuidade de sentido, pondo em cena uma contraideologia, que gera um efeito de deslocamento, como se estivesse diante

de um espelho invertido (Sant'Anna, 1998). Conforme afirma o autor, a paródia, em uma atitude de rebelião, mata o texto-pai em busca da diferença, legitimando, no dizer de Plantin (2008a, p. 74), o papel da argumentação como um modo de gestão da diferença por meio de um tratamento linguístico – e discursivo, ancorado em um entrelaçamento polifônico.

Contudo, se pensarmos que, além da imitação do Texto 1, Trump suprime sua autoria, podemos dizer, com Sant'Anna (1998), que o Texto 2 empreende uma espécie de paródia mais intensa, uma 'apropriação' do Texto 1, que contesta, inclusive, o conceito de propriedade dos textos, dessacralizando-os. Segundo o autor, a apropriação tem lugar em um universo onde as coisas podem ser reproduzidas e podem estar ao alcance de todos, o que caracteriza uma reificação das obras. É uma situação bastante coerente com o universo midiático digital, que põe em xeque a fixação das publicações e mesmo sua propriedade intelectual.

Assim sendo, observa-se que o oponente de Latuff, na intenção de demarcar seu ponto de vista antagônico em relação à imigração síria nos EUA, encena o confronto direto com a tese do proponente diante dos olhos virtuais do auditório midiático, por meio da apropriação de seu discurso. Empreende-se, pois, um mecanismo de intertextualidade por derivação (Koch et al., 2012), que tem como resultado o encontro de vozes em um mesmo discurso, o qual, por meio da paródia, "[...] ao mesmo tempo em que afirma, pois é preciso absorver para rejeitar, nega a organização ideológica vigente" (Romualdo, 2000, p. 84).

Por outro lado, o objetivo do Texto 2 não é atingir o opositor, autor da charge 'apropriada', e sim o terceiro, seu público-alvo-eleitor que, simpatizante de sua visão, vê a entrada de imigrantes no país como algo prejudicial, que deve ser evitado a todo custo. Para esses, é indiferente saber ou não que a versão alterada se origina de uma charge legítima com orientação argumentativa contrária, mas sim avaliar a tese que ela defende, capaz de convencer a quem compartilha da mesma opinião a dar seu voto ao então candidato. Retomando o aspecto pluridirigido da fala argumentativa que nos descreve Plantin (2008a, p. 78), em situações do tipo, "[...] o destinatário não é apenas ou forçosamente o adversário-interlocutor, mas, em um caso, o juiz, no outro, o público e sua cédula de votação".

Os próximos dois pares de charges também expõem a polêmica argumentativa pela via parodística, porém não tão intensa quanto a apropriação observada na Figura 2.



Figura 2. Laerte Coutinho e Movimento Brasil Livre (2015). ¹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/04/1619935-charge-de-laerte-do-dia-de-tiradentes-gera-debate-entre-os-leitores.shtml>, acesso em 18 Set. 2020; ² Disponível em <https://www.brasil247.com/midia/mbl-adultera-a-charge-de-laerte-crime>, acesso em: 18 Set. 2020.

O Texto 3, da cartunista Laerte Coutinho, foi publicado na versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 21 de abril de 2015 – dia de Tiradentes, e, na versão digital, dois dias depois, na coluna Painel do Leitor. A peça, conforme Romualdo (2000), explora a intertextualidade com a simbologia de uma data comemorativa, nesse caso, atualizando um evento histórico muito importante para a formação política do Brasil. Laerte retoma a cena da execução de Tiradentes, um dos líderes do movimento antimonarquista conhecido como Inconfidência ou Conjuração Mineira, imprimindo ao episódio um direcionamento argumentativo, ao postular, saindo da multidão que assistia ao episódio, um balão de fala que diz 'Vai pra Cuba!'. É importante lembrar que a charge vem a público em um momento de grande polarização política no Brasil, que culminaria no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no ano seguinte.

Para interpretar a charge, o interlocutor deve mobilizar saberes de conhecimento históricos sobre a Inconfidência Mineira, ocorrida no final do século XVIII, em Minas Gerais, que foi um movimento contra a exploração das aristocracias conservadoras portuguesas, liderado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Além disso, o leitor deve saber que Cuba é um país socialista para interpretar a aproximação empreendida por Laerte, que atribui ao líder do movimento dos inconfidentes mineiros um perfil claramente esquerdista – hostilizado pelas elites. Assim, ao ouvir 'Vai pra Cuba!', Tiradentes, que era contra os altos

impostos cobrados pela nobreza e buscava mais igualdade, estaria sendo comparado ao governo vigente no Brasil à época da publicação da charge, presidido por Dilma Rousseff, que vinha sendo pressionada pela elite econômica a deixar o cargo, pois sua ideologia visava a reduzir as diferenças sociais e não atendia às esfaimadas expectativas de lucro dos grandes empresários.

A paródia do Texto 3 consiste, pois, essencialmente, na reformulação da parte verbal da charge de Laerte, substituindo o enunciado ‘Vai pra Cuba!’, responsável pela impressão de que o herói da Inconfidência Mineira era de esquerda e teria sido massacrado pelas elites de direita, por enunciados que se opõem diametralmente a esse ponto de vista. Cria-se, então, pela manipulação de elementos linguísticos que ancoram o posicionamento do actante proponente original, uma imagem de Tiradentes como um herói de direita, que lutava contra um governo usurpador, tendo como argumento os escândalos de corrupção amplamente divulgados pela mídia. Tendo em vista que “[...] a argumentação em favor de x é uma contribuição para a refutação de y, ou uma contra-argumentação, em detrimento de y [...]” (Plantin, 2008a, p. 84-85), infere-se que o enunciador parodístico empreende uma refutação do discurso atacado, reformulando-o de modo a destruí-lo e, por conseguinte, ‘calar a boca’ de seu proponente.

Convém lembrar aqui, com Amossy (2018), que uma palavra nunca é desprovida de peso argumentativo. Segundo a autora, as escolhas lexicais orientam e modelam a argumentação, uma vez que “[...] o lexema faz parte de um interdiscurso no qual está carregado de significações diversas e no qual adquire, frequentemente, logo de início, uma coloração polêmica” (Amossy, 2018, p. 172). Dessa forma, expressões como ‘coxinha’ e ‘americanófilo’, usadas pejorativamente para qualificar pessoas de direita, encarnam uma atitude responsiva ativa do oponente de Laerte, tecendo uma rede de termos que se retomam e se reforçam mutuamente nesse contexto e conferindo ao enunciado um valor axiológico que, mais uma vez, impõe ao terceiro o convite à adesão.

A paródia empreendida no Texto 4 tem intenção clara de gerar uma polarização, uma vez que, justaposta à assinatura de Laerte, é inserida a do suposto autor da versão (©Coelho), o que deixa uma pista do intertexto bastante clara para o leitor, contribuindo para consolidar a identificação do grupo e depreciar seus contrários (Amossy, 2017b). O próprio uso do símbolo da licença *Copyleft*¹, imagem invertida do símbolo da *Copyright*, é subversivo, reforçando a ideia de que o oponente faz sua paródia com a intenção de confrontar o proponente da charge original e, assim, alimentar a polêmica gerada.

Por fim, o Texto 5 (Figura 3) foi criado pelo cartunista e sociólogo brasileiro Tony D’Agostinho e foi publicado em suas redes sociais, no dia 30 de março de 2020. Mais atual, o texto tem como pano de fundo a pandemia de Covid-19, propagada por um vírus altamente contagioso, responsável por um incontável número de mortes no mundo inteiro. Na charge em questão, ao ser examinada por um médico ou enfermeiro, uma personagem pergunta a ele o que a ciência recomenda para conter o vírus, além de lavar as mãos. O profissional da saúde responde que o recomendável é ‘trocar o presidente’, contrariando as expectativas de respostas possíveis, inferíveis pelo leitor nesse contexto, como usar máscara, cumprir o distanciamento social, reforçar a imunidade etc. Além disso, sua fala direciona, claramente, um ponto de vista do autor a favor da ciência e contrário à gestão da pandemia conduzida pelo Governo Federal.



Figura 3. Tony D’Agostinho X Autor desconhecido (2020)².

¹ Os termos *Copyright* © e *Copyleft* © são ferramentas utilizadas para a proteção de obras originais, sendo a primeira uma licença fechada, que assegura seus direitos apenas ao autor, e a segunda, uma licença aberta, passível de alteração e reprodução por qualquer pessoa, desde que seus direitos livres sejam mantidos.

² Recuperado em 18 de setembro de 2020 de <https://www.facebook.com/obrasileumhospicio/photos/a.520590631327532/3172901022763133/?type=3&theater>

A crítica de D'Agostinho se sustenta sobre o descaso do governo brasileiro com relação à pandemia, sabendo que, desde maio de 2020, após a saída repentina de Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, manteve a pasta da Saúde sem um ministro para planejar e implementar medidas de contenção do vírus. Além disso, ficaram famosas frases ditas pelo presidente Jair Bolsonaro quando questionado sobre o assunto, tais como: 'É uma gripezinha'; 'E daí?'; 'Não sou coveiro'; 'Todos nós vamos morrer um dia', dentre outras. No Texto 5, portanto, mencionando diretamente o Governo Federal, o chargista usa como argumento um discurso de autoridade, pois, um profissional de saúde é legitimado para falar sobre uma enfermidade dado seu conhecimento científico e especializado, o que confere credibilidade à sua palavra, como ensina Charaudeau (2004a). Logo, a afirmação de que a melhor forma de conter a pandemia no país seria trocar o presidente tem peso, reforçando a tese de que o governo nada fez para reduzir os impactos da doença e, além disso, mantém-se em desacordo com a ciência.

Conforme informações disponíveis no perfil de Toni D'Agostinho na rede social *Facebook*, o Texto 6 (Figura 3), de autoria desconhecida, foi divulgado em diversos perfis associados à ideologia do governo vigente, inclusive nos de um deputado estadual do Espírito Santo e um candidato a vereador no pleito de 2020. O texto copia a parcela visual da charge e altera sua parte verbal, criando uma paródia subversiva, mas mantendo a assinatura do autor real. O oponente substitui a fala do médico/enfermeiro, respondendo à pergunta da charge sobre a recomendação da ciência para conter a pandemia com o seguinte enunciado: 'Trocar: Prefeitos, Vereadores e Governadores'.

Instaura-se, pois, a polêmica, devido à clara alusão à tentativa do Governo Federal de responsabilizar as outras instâncias executivas pelo caos sanitário e econômico decorrente da pandemia. Para completar, a manutenção da assinatura de D'Agostinho descarta a possibilidade do que seria um plágio – apropriação indébita do texto de outrem, como se fosse da própria autoria (Koch et al., 2012) – e engendra a tentativa de 'anular' a charge anterior, como se esta fosse a legítima, distorcendo o ponto de vista original. Com efeito, novamente o actante oponente intenta refutar o discurso do adversário, recorrendo à agressividade e ao fechamento próprios desse mecanismo argumentativo destinado a encerrar o debate (Plantin, 2008a, p. 85). A propósito desse exemplo, convém lembrar, conforme afirma Kerbrat-Orecchioni (apud Amossy, 2017b, p. 59), que "[...] polemizar é tentar falsear [...] a palavra do outro [...]" e é isso que o oponente faz, tentando captar a atenção e a opinião do terceiro, que recebe a charge por meio das redes sociais.

Considerações finais

Segundo Amossy (2017b), a polêmica é um jogo que encena a incompreensão por sua exacerbação discursiva. Como modalidade argumentativa, obriga-nos a pensar a argumentação fora dos limites do acordo sobre o razoável da nova retórica, admitindo que as vias do raciocínio podem ser divergentes e suas conclusões, irreconciliáveis. A análise das charges proposta nesta investigação ilustra de forma bastante clara essa possibilidade, evidenciando o choque de posições antagônicas favorecido pelos holofotes do contexto midiático, bem como pelas liberdades de manipulação disponíveis ao interlocutor dos textos divulgados em espaços digitais.

Nesse sentido, com foco na potência intertextual das charges, observou-se como a paródia e a apropriação do discurso do outro podem ser fontes geradoras de polêmica, dividindo ainda mais uma sociedade em conflito, polarizada politicamente, em que cada um defende seu ponto de vista e, na maior parte do tempo, quer vencer o embate a todo custo e, quem sabe, angariar a adesão de alguém que se encontra no grupo do terceiro. Por outro lado, sendo um "[...] modo de coexistência do dissenso [...]" (Amossy, 2017b, p. 206), a polêmica acaba permitindo a construção de um espaço público como alternativa à violência física e a outros mecanismos de silenciamento dos discursos, uma vez que favorece o protesto individual, garantindo a recusa e o direito de mudança.

Ademais, a argumentação tal qual é percebida no *corpus* analisado expressa a interdependência estabelecida entre os processos de produção e recepção dos textos midiáticos, revelando suas ressonâncias ativas sobre o público-leitor, que encontra, na modalidade polêmica, pela via parodística, a chance de também se posicionar e fazer avançar o discurso (Sant'Anna, 1998). Fica evidenciado, como propõe Plantin (2008b, p. 24), o corolário de posições tomadas como legítimas, ainda que divergentes, tendo em vista sua submissão a um processo de discussão em que são consideradas dignas senão de concessão, de refutação. Uma vez mais, entende-se que a polêmica pode garantir a subsistência de uma sociedade democrática e pluralista,

oferecendo um mecanismo argumentativo complexo de gestão dos conflitos a ela inerentes, por meio da transformação de inimigos em adversários (Amossy, 2017a; 2017b), cujas armas estão na ponta da língua – e da pena (inclusive em sua versão digital).

Referências

- Amossy, R. (2008). As modalidades argumentativas do discurso. In G. M. P. Lara, I. L. Machado & W. Emediato (Orgs.), *Análises do discurso hoje* (p. 231-254). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Amossy, R. (2011). Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, (1), 129-144.
- Amossy, R. (2017a). Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, (13), 227-244. Doi: 10.17648/eidea-13-1526.
- Amossy, R. (2017b). *Apologia da polêmica*. São Paulo, SP: Contexto.
- Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. São Paulo, SP: Contexto.
- Anscombre, J.-C., & Ducrot, O. (1983). *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles, BE: Mardaga.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Bakhtin, M. (Volochninov). (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem* (12a ed., M. Lahud & Y. F. Vieira, Trad.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Charaudeau, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, FR: Hachette.
- Charaudeau, P. (2004a). A argumentação talvez não seja o que parece ser. In M. E. Giering & M. Teixeira (Orgs.), *Investigando a linguagem em uso: estudos em linguística aplicada* (p. 33-44). São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Charaudeau, P. (2004b). Tiers où es-tu? In P. Charaudeau & R. Montes (Eds.), *La voix cachée du Tiers. Des non-dits du discours* (p. 19-42). Paris, FR: L'Harmattan. Recuperado de: <http://www.patrick-charaudeau.com/Tiers-ou-es-tu,91.html>.
- Charaudeau, P. (2004c). Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In I. L. Machado & R. d. Mello (Orgs.), *Gêneros: reflexões em análise do discurso* (p. 13-41). Belo Horizonte, MG: NAD.
- Charaudeau, P. (2007). Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In M. A. Pauliukonis & S. Gavazzi (Orgs.), *Da língua ao discurso* (2a ed., p. 11-29). Rio de Janeiro, RJ: Lucerna.
- Charaudeau, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização* (1a reimp.). São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P. (2009). Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In M. Pietroluongo (Org.), *O trabalho da tradução* (p. 309-326). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa. Recuperado de <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>
- Charaudeau, P. (2010). *Discurso das mídias* (2a ed., Angela S. M. Corrêa, Trad.). São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P. (2016a). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P. (2016b). A argumentação em uma problemática da influência. *ReVEL*, 14(12), 8-30.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris, FR: Minuit.
- Emediato, W. (2008). Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In G. M. P. Lara, I. L. Machado & W. Emediato (Orgs.), *Análises do discurso hoje* (p. 71-91). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Fiorin, J. L. (2016). *Argumentação* (2a reimp.). São Paulo, SP: Contexto.
- Jenny, L. (1979). A estratégia da forma. *Poétique*, (27), 5-49.
- Koch, I. G. V., Bentes, A. C., & Cavalcante, M. M. (2012). *Intertextualidade: diálogos possíveis* (3a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Maingueneau, D. (2008). *Análise de textos de comunicação* (5a ed., M. C. P. d. S. Silva & D. Rocha, Trad.). São Paulo, SP: Cortez.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1958). *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*. Bruxelles, BE: Université de Bruxelles.
- Plantin, C. (2008a). *A argumentação: história, teorias, perspectivas* (M. Macionilo, Trad.). São Paulo, SP: Parábola.

- Plantin, C. (2008b). A argumentação biface. In G. M. P. Lara, I. L. Machado & W. Emediato (Orgs.), *Análises do discurso hoje* (Vol. 2, p. 13-26). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Romualdo, E. C. (2000). *Charge jornalística: Intertextualidade e polifonia: um estudo de charges na Folha de São Paulo*. Maringá, PR: Eduem.
- Sant'Anna, A. R. d. (1998). *Paródia, paráfrase e cia* (6a. ed.). São Paulo, SP: Ática.